

# III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



### Proteção contra Discriminação Etária no Brasil: Violação e Negligência aos Direitos dos Idosos

#### Autor(res)

Renata Apolinário De Castro Lima  
Pedro Domingues

#### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

#### Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

#### Introdução

No Brasil, os direitos do idoso são garantidos por lei, sendo passíveis de sanções em caso de violação. No entanto, a realidade revela uma série de desafios e obstáculos enfrentados pelos idosos, que muitas vezes sofrem com o desrespeito, a discriminação e a negligência na aplicação dessas leis. A legislação, representada pela Lei 10.741/03, serve como um farol para orientar nossas ações em prol do bem-estar e da dignidade dos idosos. Nesta reflexão, destacamos as dificuldades que eles enfrentam diariamente, desde questões básicas como mobilidade, até desafios mais complexos, como o acesso limitado à tecnologia que, paradoxalmente, deveria conectar, mas muitas vezes os exclui. É fundamental reconhecermos essas barreiras para promovermos uma sociedade mais inclusiva, onde os idosos tenham acesso justo à informação, oportunidades de trabalho e ao convívio social, garantindo-lhes uma vida digna e plena.

#### Objetivo

Buscar-se-á a partir da pesquisa bibliográfica, utilizando-se do método dedutivo e referencial teórico desenvolver o presente resumo expandido.

#### Material e Métodos

A pesquisa bibliográfica será conduzida de maneira metódica, empregando o método dedutivo e apoiada em um vasto conjunto de referências teóricas relevantes. O objetivo principal é analisar de forma minuciosa e abrangente as estratégias e práticas de proteção contra a discriminação por idade no cenário brasileiro contemporâneo, com especial atenção à Lei 10.741/03, conhecida como Estatuto do Idoso. Esta legislação desempenha um papel fundamental na garantia dos direitos e na promoção do bem-estar dos idosos, abordando uma série de questões que vão desde o acesso aos serviços de saúde até a prevenção de abusos e violações de direitos. Ao examinar cuidadosamente a Lei do Estatuto do Idoso e outras medidas legais, políticas públicas e iniciativas sociais relacionadas, busca-se contribuir para um entendimento mais aprofundado dos desafios enfrentados pelos idosos e identificar áreas de melhoria das políticas e práticas existentes.

#### Resultados e Discussão

No Brasil, pessoas com 60 anos ou mais são consideradas idosas (BRASIL, 2003). Infelizmente, elas

# III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



frequentemente enfrentam discriminação sutil, especialmente ao buscar emprego. Para combater isso, é essencial educar desde cedo sobre direitos e deveres, integrando esses valores à cultura escolar. O Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03) visa garantir os direitos e a dignidade das pessoas acima de 60 anos (BRASIL, 2003). Devemos implementar políticas públicas que protejam os idosos contra negligência, discriminação e violência, com sanções legais para quem desrespeitar esses direitos. É dever da família, comunidade, sociedade e do Estado assegurar o direito à vida, saúde, educação, lazer, trabalho, dignidade e respeito aos idosos (BRASIL, 2003).

### Conclusão

Diante da triste realidade de desrespeito e discriminação enfrentada pelos idosos no Brasil, é essencial uma ação determinada para proteger seus direitos fundamentais. Fortalecer as leis existentes e promover uma cultura que valorize as contribuições dos idosos é crucial. Com políticas públicas eficazes e um sistema educacional inclusivo, podemos construir um futuro mais justo e equitativo para todas as gerações.

### Referências

BRASIL. Câmara dos Deputados. Participação Popular. 2019. Disponível em: [www.camara.leg.br/tv/550819-o-abandono-de-pessoas-idosas-e-a-necessidade-de-cuidadores/](http://www.camara.leg.br/tv/550819-o-abandono-de-pessoas-idosas-e-a-necessidade-de-cuidadores/). Acesso em: 13 março. 2024.

BRASIL. Estatuto do Idoso. Lei nº 10.741 de 2003. Planalto: Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.741.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.741.htm). Acesso em: 13 março. 2024